

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR RESPONSÁVEL PELA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS DO BANDES – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO.

Edital de Credenciamento: 2019/002

Processo Administrativo: 102/2019

Procedimento: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento

FERIANE, FACCIM E AZEVEDO ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 31.934.120/0001-90 e na Seccional da OAB/ES sob o nº 18.30555-2069, na pessoa de seu representante legal *in fine* assinado, com a devida consideração e respeito, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Com fundamento no art. 30, § 5º da Lei 8.666/93, que veda explicitamente o item 3.2, 3.3 e 3.4 (Qualificação Técnica) do Anexo II, do referido Edital, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

1 – TEMPESTIVIDADE

A tempestividade pode ser facilmente apreciada, pois está disposto no Item 1.5 das Disposições Preliminares, sendo o prazo fatal até o dia 25/10/2019 às 18h, devendo a impugnação ser encaminhada ao endereço eletrônico cpl@bandes.com.br, portanto, dentro do limite aprazado.

2 – DOS FATOS

A presente impugnação visa adequar o edital de credenciamento, que em seu bojo apresentou critérios de qualificação técnica que extrapolam os limites previstos na Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Mais precisamente, os critérios que exacerbaram os limites, estão contidos nos itens 3.2, 3.3 e 3.4 (Qualificação Técnica) do Anexo II, ao exigirem provas de tempo mínimo de experiência profissional dos advogados da sociedade.

Por este motivo, há justo motivo na presente impugnação, que anseia corrigir as condições impostas, que ao extrapolar o rol taxativo da norma, restringindo a competição, retirando as condições isonômicas dos interessados.

Ademais, o tempo de experiência profissional em nada garante a qualidade dos serviços prestados, haja vista que se trata de mera presunção de que um profissional a mais tempo no mercado possua maiores conhecimentos, o que obviamente pode não reproduz a realidade.

É de fácil constatação que pode sim haver no mercado profissionais mais jovens e qualificados, com especializações, pós-graduações, doutorados e mestrados, do que profissionais com mais tempo de profissão, que não possuam o mesmo conhecimento técnico, teórico e até mesmo prático. Qualquer conclusão diferente desta é MERA PRESUNÇÃO.

A justificativa apresentada no item 3.3.1, de que a necessidade é em função “de conhecimento atualizado com prática conforme as regras do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16/03/2015)”, é ainda mais contraditória, haja vista que os novos profissionais inseridos no mercado, possuem sua graduação INTEGRALMENTE voltada ao NCPC, pois é a legislação vigente atual, se assim não fosse, não teriam obtido suas graduações, tampouco possuiriam suas aptidões aprovadas pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Devemos salientar ainda que se trata de credenciamento prévio e, que parte do corpo de advogados, poderá ser recrutado posteriormente à celebração dos contratos, quando então poderiam ser contratados advogados com mais ou menos experiência.

Por fim e não menos importante, devemos observar que no caso em tela, muito embora os advogados sócios do escritório Impugnante não possuam o tempo de experiência atuando em favor de instituições financeiras, possuem o tempo exigido atuando em face de diversos outros clientes, inclusive, possuem contrato vigente com a maior instituição financeira deste país (atestado de capacidade técnica anexo), atuando em mais de mil processos, ou seja, quantidade muito superior, ao quantitativo atualmente dividido para os escritórios que atendem ao BANDES.

3 - DIREITO

A Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, possui um rol taxativo de documentações que poderão ser exigidas em licitações, bem como veda expressamente e objetividade qualquer exigência de aptidão com limitação de tempo, senão vejamos:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
[...]*

*§ 5º - **É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo** ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.*

Cristalinamente, a previsão legal não deixa margem para interpretação, a norma é restritiva, não cabendo ao edital fazer exigências contrárias ao texto de lei. A contrariedade está disposta nos itens 3.2, 3.3 e 3.4 (Qualificação Técnica) do Anexo II, com uma justificativa no item 3.3.1, *in verbis*:

3.2. Prova de, no mínimo, 02 (dois) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza contenciosa em matéria bancária, atuando em favor de instituições financeiras, para credenciamento na MODALIDADE 2, SUBMODALIDADE A, exceto a de natureza bancária trabalhista, considerada a distribuição de no mínimo 5 (cinco) ações a cada período de um ano,

comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes ou mediante encaminhamento de cópia da petição inicial ou peça de defesa protocolada em juízo e respectiva procuração, referente a cada processo;

3.3. Prova de, no mínimo, 03 (três) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza contenciosa em matéria bancária, atuando em favor de instituições financeiras, para credenciamento na MODALIDADE 2, SUBMODALIDADE B, exceto a de natureza bancária trabalhista, considerada a distribuição de no mínimo 5 (cinco) ações a cada período de um ano, nos últimos 5 anos, comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes ou mediante encaminhamento de cópia da petição inicial ou peça de defesa protocolada em juízo e respectiva procuração, referente a cada processo;

3.3.1. A experiência profissional nos últimos 05 anos se justifica em razão da necessidade de conhecimento atualizado, com prática conforme as regras do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16/03/2015).

3.4. Prova de, no mínimo, 03 (três) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza trabalhista na MODALIDADE 1, atuando em favor do empregador, considerado o acompanhamento de no mínimo 5 (cinco) ações a cada ano, comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes ou mediante encaminhamento de cópia da defesa protocolada em juízo e respectiva procuração, referente a cada processo;

No mesmo sentido da Lei 8.666/93 temos diversas jurisprudências do TCU, que coíbem licitações com previsões de comprovação de aptidão por tempo, vejamos abaixo alguns:

*Por oportuno, reproduzo o seguinte trecho que constou da ementa do Acórdão 600/2011 - Plenário: "**A exigência de comprovação, para fim de qualificação técnica, de tempo de experiência dos profissionais a serem disponibilizados pela licitante para a execução do objeto***

*afronta o disposto no art. 30, § 5º, da Lei nº 8.666/93". Também, convém explicitar o que dispõe esse dispositivo da Lei de Licitações e Contratos: **"É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo** ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação". Para uma exegese integradora, é ainda conveniente lembrar o que estabelece a LLC no principiológico artigo 3º, com grifos acrescidos para ressaltar o que está sendo tratado nestes autos: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos". Destarte, acolho a proposta da unidade técnica de se determinar ao Sebrae/DN que, no caso de seguimento da Concorrência 2/2012, altere o referido dispositivo editalício, **de modo a excluir as exigências relativas ao número de anos de experiência dos profissionais que comporão a equipe responsável pelos serviços**. Por meio de expediente protocolado no Tribunal em 26/03/2012, o Sebrae comunica a intenção de suprimir a questionada alínea "a" do item 7.1.3 do edital. Não obstante, entendo que deve ser mantida a determinação. Número do Acórdão ACÓRDÃO 727/2012 - PLENÁRIO, Relator JOSÉ MUCIO MONTEIRO, Processo 004.909/2012-7, Data da sessão 28/03/2012.*

***É ilegal a exigência de comprovação, para fim de qualificação técnico-profissional, de tempo de experiência ou de exercício em função dos profissionais a serem disponibilizados pela licitante para a execução do objeto, porquanto o rol de exigências de habilitação previsto na Lei 8.666/1993 é taxativo.** Alinho-me a essa segunda linha de entendimento, considerando que o rol de exigências de habilitação previstos na Lei de Licitações e Contratos é *numerus clausus*. Além disso, é de se perquirir a efetividade de tais disposições editalícias, pois o tempo de formação profissional ou o tempo de*

registro nos conselhos profissionais não garante nem o efetivo exercício de determinada atividade nem a qualificação do profissional para o desempenho do objeto contratado. Número do Acórdão ACÓRDÃO 134/2017 - PLENÁRIO, Relator BENJAMIN ZYMLER, Processo 029.462/2016-9, Data da sessão 01/02/2017.

*Examinando as ponderações da representante, verifica-se que elas seriam procedentes se a exigência questionada estivesse relacionada à fase de habilitação dos licitantes. Para essa fase, o dispositivo da Lei 8.666/93 indicado **na peça inicial é claro ao vedar 'a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo** ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação' (art. 30, § 5º).* Número do Acórdão ACÓRDÃO 1993/2008 - PLENÁRIO, Relator UBIRATAN AGUIAR, Processo 021.801/2008-9, Data da sessão 10/09/2008.

*Contudo, a preocupação quanto à restrição do caráter competitivo do certame, esboçada no veto supra, é traduzida nos parágrafos do art. 30, ao se limitar a exigência às parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, ao se possibilitar a apresentação de atestados equivalentes ou similares, **ao se vedar a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo** ou de época ou ainda em locais específicos.* Número do Acórdão ACÓRDÃO 1706/2007 - PLENÁRIO, Relator RAIMUNDO CARREIRO, Processo 017.412/2007-6, Data da sessão 22/08/2007.

Portanto, conclui-se que a Lei 8.666 de 1993 em nenhum momento concede a possibilidade de exigir tempo mínimo de experiência profissional. A Administração não possui margem de liberdade para exigir tais comprovações, pois estaria agindo contra a lei.

5 – PEDIDO

Em face do exposto, requer:

a) Que seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de retirar dos itens 3.2, 3.3 e 3.4 (Qualificação Técnica) do Anexo II a exigência de tempo mínimo de experiência profissional, por infringir o disposto no art. 30, § 5º da Lei 8.666/93;

b) Por fim, seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Serra, 25 de outubro de 2019.

ISRAEL FERIANE
OAB/ES 20.162

IGOR FACCIM BONINE
OAB/ES 22.654